

## A inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, a igualdade, à segurança e à propriedade.

### Autor(res)

Cleidimar Silva Franca Rezende  
Nathalya Brenda Da Silva Maia

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### Introdução

Em análise trata – se da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade segundo o inciso LIV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (CF/88), promulgado onde “ Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal ”... Será repassado a análise do inciso.

### Objetivo

O artigo tem o objetivo de nos instruir sobre o direito da liberdade de qualquer pessoa física ou jurídica.

### Material e Métodos

Foi utilizado o método de bibliografia pra afins das pesquisas através de site e da Constituição Federal de 1988.

A pesquisa foi feita através de arquivos e pdf da Constituição Federal, juntamente com a pesquisa verbal interrogada por policial da família e pesquisas feitas no Vade Mecum.

A pesquisa necessitou utilizar consultas e fontes legais, doutrinárias e jurisprudenciais para afins da pesquisa.

### Resultados e Discussão

O inciso LVI do art 5º da CF/88 é fundamental para que ninguém seja preso ou perca seus bens de forma arbitrária ou por motivos que não estejam previstos em leis.

Sua norma de eficácia é avaliada como limitada, ou seja, tem a sua implicabilidade indireta, mediata e deferida (postergada, pois somente a partir de uma norma posterior poderão produzir eficácia).

Classifica-se em norma de eficácia limitada institutiva, ou seja, são normas por meio das quais os constituintes originários traça as linhas mestras de uma determinada instituição, delimitando sua estrutura e atribuições, as quais contudo só serão detalhadas por meio da lei.

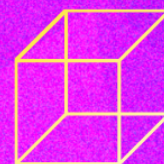
### Conclusão

O inciso LVI tem uma importância devido o processo legal ser considerado um dos fundamentos importantes para uma sociedade democrática.

# 3ª MOSTRA CIENTÍFICA

Anhanguera





Esse princípio serve para que as leis devem ser aplicadas e definidas de forma igual para todos.

#### Referências

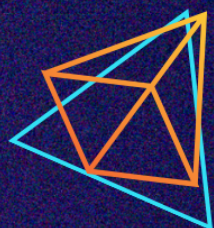
Constituição Federal de 1988 / Artigo 5º

Jus Brasil

Foi feita uma pesquisa para analisar o inciso 54 do artigo 5º da Constituição Federal



# 3<sup>a</sup> MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera